



93

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**HABEAS CORPUS Nº:** 0004044-29.2014.8.17.0000 (0333244-9)  
**COMARCA:** RECIFE  
**VARA:** TERCEIRA DE ENTORPECENTES  
**IMPETRANTE:** BARTOLOMEU BEZERRA DA SILVA  
**PACIENTE:** JOAS HENRIQUE EVANGELISTA BORGES  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL  
**RELATOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**PROCURADORA:** DRA. DELANE BARROS DE ARRUDA MENDONÇA (CONVOCADA)

**EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CUSTÓDIA CAUTELAR FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. GRANDE QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.**

**I** – Justifica-se a custódia cautelar do Paciente, para fins de garantia da ordem pública, diante da nocividade do crime de tráfico de drogas, mal que assola a nossa sociedade, móvel de tantos outros crimes e responsável pelo aumento da criminalidade, sendo necessário maior rigor punitivo por parte do Estado-Juiz, a fim de coibi-lo. Está a prisão fundamentada, ainda, na grande quantidade de droga apreendida com o Paciente e demais corréus, a saber, 65 (sessenta e cinco) papélotes de maconha, totalizando mais de 100g (cem gramas), suficiente para atingir uma quantidade considerável de pessoas, fomentando vícios e propagando a criminalidade, o que revela a gravidade concreta da conduta e sua perniciosidade para o meio social.



94

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**II** – Condições pessoais favoráveis não elidem, por si sós, a custódia cautelar quando presentes os fundamentos da prisão preventiva, o que é o caso dos autos. Súmula 86, TJPE.

**III** – Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos do ***Habeas Corpus* nº 0004044-29.2014.8.17.0000 (0333244-9)**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 28 de 05 de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**Relator**





95

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**HABEAS CORPUS Nº:** 0004044-29.2014.8.17.0000 (0333244-9)  
**COMARCA:** RECIFE  
**VARA:** TERCEIRA DE ENTORPECENTES  
**IMPETRANTE:** BARTOLOMEU BEZERRA DA SILVA  
**PACIENTE:** JOAS HENRIQUE EVANGELISTA BORGES  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL  
**RELATOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**PROCURADORA:** DRA. DELANE BARROS DE ARRUDA MENDONÇA (CONVOCADA)

**RELATÓRIO**

**Bartolomeu Bezerra da Silva**, advogado, impetra o presente *habeas corpus* liberatório em favor de **Joas Henrique Evangelista Borges**, indicando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 3ª Vara de Entorpecentes da Capital, no âmbito do Proc. nº 0010710-43.2014.8.17.0001.

Extraí-se dos autos que o Paciente encontra-se preso por força de decreto preventivo exarado nos autos da ação penal supramencionada, a que responde como incurso nas penas do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 (tráfico de drogas).

Alega o Impetrante que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal pelos seguintes motivos: a) a prisão foi decretada sem amparo em qualquer prova ou fato concreto que apontasse para a necessidade da medida, carecendo, portanto, de fundamentação adequada; e b) o Paciente possui condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita, residência fixa e família constituída.



96

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

A exordial veio instruída com os documentos de **fls. 09/38**.

Não houve pedido de liminar.

A autoridade dita coatora prestou informações às **fls. 50/51**, acompanhadas dos documentos de **fls. 52/84**.

Por fim, a Procuradoria de Justiça, pela **Procuradora Convocada Delane Barros de Arruda Mendonça**, apresentou parecer às **fls. 88/89**, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 28 de 05 de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**Relator**



97

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**HABEAS CORPUS Nº:** 0004044-29.2014.8.17.0000 (0333244-9)  
**COMARCA:** RECIFE  
**VARA:** TERCEIRA DE ENTORPECENTES  
**IMPETRANTE:** BARTOLOMEU BEZERRA DA SILVA  
**PACIENTE:** JOAS HENRIQUE EVANGELISTA BORGES  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL  
**RELATOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**PROCURADORA:** DRA. DELANE BARROS DE ARRUDA MENDONÇA (CONVOCADA)

**VOTO**

Segundo se extrai dos autos, o Paciente foi preso em flagrante no dia 12/02/2014 e depois denunciado, juntamente com outros dois indivíduos, pelo seguinte fato (fls. 16/18): na referida data, por volta das 22h, policiais militares estavam realizando rondas no bairro de Afogados, porque haviam recebido informações de populares de que três indivíduos estavam traficando drogas na Rua Homens Fontes, nº 270. Lá chegando, segundo a denúncia, os policiais identificaram as três pessoas descritas, encontrando no bolso do Paciente três invólucros contendo maconha e, numa sacola atirada pelo corréu Adeilton Alves da Silva Júnior, outros 62 (sessenta e dois) invólucros da mesma droga, tendo os denunciados se acusado mutuamente de serem proprietários da sacola.

Pois bem.

Quanto à alegação de falta de fundamentação da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, não merece prosperar.

A magistrada de primeiro grau assim se pronunciou na decisão atacada, datada de 18/03/2014 (fls. 31/32):



98

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

"No caso dos autos, quanto aos denunciados Joás Henrique e Adeilton Alves, entendo que no momento não há cabimento para a concessão da liberdade provisória, sendo de anotar que o artigo 44 da Lei 11.343/2006 veda tal benefício para o ilícito imputado, e conquanto já haja decisões de pretórios superiores pela inconstitucionalidade do dispositivo, deve prevalecer, *in casu*, o bom senso e o interesse da sociedade. Igualmente não parecem adequadas as medidas substitutivas da prisão em flagrante elencadas no artigo 319 do CPP, mormente quando se analisa a **quantidade de drogas apreendidas**, a demonstrarem o *periculum libertatis*.

Logo, além de indícios suficientes de materialidade e autoria, **a quantidade e a qualidade das drogas apreendidas revelam a gravidade concreta do delito e, portanto, a periculosidade dos denunciados acima nominados**, de sorte que as suas custódias cautelares constitui-se medida que se justifica para garantir a ordem pública." (grifos nossos)

Vê-se, assim, que a autoridade dita coatora apresentou fundamentos suficientes para impor a custódia cautelar ao Paciente, salientando sua necessidade para fins de garantir a ordem pública, o que se justifica diante da nocividade do crime de tráfico de drogas, mal que assola a nossa sociedade, móvel de tantos outros crimes e responsável pelo aumento da criminalidade, sendo necessário maior rigor punitivo por parte do Estado-Juiz, a fim de coibi-lo.

Ressaltou, ainda, a quantidade de droga apreendida com o Paciente e demais corréus, a saber, 65 (sessenta e cinco) papелotes de



99

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

maconha, totalizando mais de 100g (cem gramas), suficiente para atingir uma quantidade considerável de pessoas, fomentando vícios e propagando a criminalidade, o que revela a gravidade concreta da conduta e sua perniciosidade para o meio social, recomendando a sua prisão como forma de garantir a ordem pública.

Nesse sentido, verifiquem-se os seguintes julgados do STJ:

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. LIBERDADE PROVISÓRIA. INDEFERIMENTO. CARÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. APREENSÃO DE VULTOSA QUANTIDADE DE DROGA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA.

**1. A prisão provisória é medida odiosa, reservada para os casos de absoluta imprescindibilidade, demonstrados os pressupostos e requisitos de cautelaridade. Na hipótese, estando a prisão fundamentada na gravidade concreta dos fatos, cifrada na significativa quantidade de droga apreendida com o paciente (aproximadamente 900 g de maconha), evidencia-se o risco para ordem pública.**

**2. Ordem denegada."**<sup>1</sup> (grifos nossos)

"PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. LIBERDADE PROVISÓRIA. INDEFERIMENTO. CARÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. APREENSÃO DE VULTOSA QUANTIDADE DE DROGA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA.

<sup>1</sup> STJ, HC 238316/MS, min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 27/08/2012.



100

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

1. A prisão provisória é medida odiosa, reservada para os casos de absoluta imprescindibilidade, demonstrados os pressupostos e requisitos de cautelaridade. Na hipótese, estando a prisão fundamentada na **gravidade concreta dos fatos, cifrada na significativa quantidade de droga apreendida com a paciente (92,2 gramas de maconha e cerca de 42 buchas de cocaína), evidencia-se o risco para ordem pública.**
2. Ordem denegada.<sup>2</sup> (grifos nossos)

"HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ART. 12, CAPUT, DA LEI N.º 6.368/76. (...) SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. IMPOSSIBILIDADE. MEDIDA QUE NÃO SE MOSTRA SOCIALMENTE RECOMENDÁVEL. GRANDE QUANTIDADE DE ENTORPECENTE APREENDIDO. ORDEM DENEGADA.

1. Paciente condenada à pena de 03 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e mais 50 dias-multa pela prática do delito do art. 12, caput, da Lei n.º 6.368/1976, porque mantinha em depósito, para fins de mercancia ilícita, **três tijolos de maconha, pesando 0,92g, outros três tijolos da mesma droga, com massa de 118g, e mais uma porção de 0,14g da mesma substância.** (...)

3. Na espécie, embora a reprimenda não exceda a 04 anos de reclusão, não se mostra socialmente recomendável a substituição da pena de prisão por sanção alternativa, em razão da **grande quantidade de entorpecente apreendido em poder da Sentenciada.**
4. Ordem denegada.<sup>3</sup> (grifos nossos)

<sup>2</sup> STJ, HC 242891/RS, rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 27/08/2012.

<sup>3</sup> STJ, HC 167220/RS, rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 15/03/2012.



101

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

Por fim, vale destacar que, consoante a Súmula 86 deste Tribunal de Justiça<sup>4</sup>, as condições pessoais favoráveis sustentadas pelo Impetrante não elidem, por si sós, a custódia cautelar, quando presentes os fundamentos da prisão preventiva, o que é o caso dos autos.

Diante do exposto, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 28 de 05 de 2014.

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**Relator**

<sup>4</sup> Súmula 86. As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva.